

Eixo 5 – Políticas de acesso e permanência de estudantes da educação superior na perspectiva inclusiva.

PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: o uso de tecnologias assistivas por estudantes com deficiência visual

Lourdes Mendes da Silva Pereira
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
E-mail: proflourdesmendes@yahoo.com.br

Carina Elisabeth Maciel
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
E-mail: carina.maciel@ufms.br

Introdução

A abordagem referente a pessoas com deficiência na educação superior é permeada por desafios diversos que transitam do ingresso à efetiva permanência. Embora o acesso tenha sido ampliado por atualizações normativas recentes, os estudantes enfrentam barreiras físicas, comunicacionais, socioeconômicas, pedagógicas e culturais que comprometem a continuidade dos estudos. De acordo com as legislações como o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei nº 14.723 buscam assegurar a autonomia e a cidadania democrática nesse nível educacional.

Contudo, a literatura aponta um distanciamento expressivo entre o aparato legal regulatório e a realidade institucional. Universidades revelam fragilidades tanto no acolhimento quanto nos processos pedagógicos, frequentemente justificados pela escassez de pessoal qualificado e pela falta de formação docente para atuar na perspectiva inclusiva. Para mitigar essas desigualdades estruturais, aponta-se a necessidade de ações afirmativas articuladas regional e nacionalmente, orientadas pelos princípios de uma educação equitativa.

Essa distância entre o escrito e o vivido é ainda mais evidente no caso de estudantes com deficiência visual. Costa (2021) constata que o direito de acesso às



tecnologias assistivas é recorrentemente descumprido pelas Instituições de Ensino Superior (IES) , gerando dinâmicas de exclusão que violam as metas de equidade e qualidade preconizadas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Diante desse panorama, este trabalho tem como objetivo analisar as publicações científicas nacionais acerca das ações de permanência e do uso de tecnologias assistivas por estudantes com deficiência visual (cegueira e baixa visão). Justifica-se o estudo pela relevância de mapear o estado do conhecimento sobre a temática, fornecendo subsídios teóricos para o aperfeiçoamento das políticas públicas de inclusão na educação superior.

Metodologia

Para o alcance dos objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, caracterizada por Minayo (2025) como aquela capaz de desvelar a complexidade do panorama social onde os fenômenos acontecem. Quanto aos fins, a investigação assume caráter exploratório, o que, segundo Vergara (2016), pressupõe um aprofundamento planejado para gerar novos conhecimentos sobre a temática delimitada.

Os procedimentos técnicos envolveram, primeiramente, a pesquisa bibliográfica, efetuando consultas em materiais publicados anteriormente por canais científicos reconhecidos (Gil, 2022). Adicionalmente, incorporou-se a pesquisa documental, tendo como fontes diretas as normativas jurídicas e as leis vigentes que orientam e regulam a educação superior inclusiva no cenário nacional.

Resultados e Discussão

Para fins didáticos, a literatura estabelece a diferenciação entre cegueira — condição visual irremediável na qual o sujeito não percebe formas, cores ou distâncias (Brasil, 2007) — e baixa visão, caracterizada pela necessidade de recursos ópticos

potentes, ampliação de materiais e apoio especializado para a orientação e leitura (Conde, 2016). No contexto universitário, ambos os grupos enfrentam entraves severos que perpassam desde a ausência de comunicação entre docentes e setores institucionais até a falta de materiais em Braille, barreiras arquitetônicas nos prédios e processos avaliativos inadequados que desconsideram as especificidades dos estudantes. Ademais, atitudes preconceituosas e visões capacitistas por parte de professores e colegas reforçam o estigma, muitas vezes rotulando o estudante como um encargo e subestimando sua capacidade cognitiva.

A Tecnologia Assistiva (TA) surge como ferramenta essencial para superar esses obstáculos pedagógicos, sendo definida como o conjunto de soluções tecnológicas voltadas a promover autonomia, acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência (Borges; Martins; Assis, 2021; Livramento, 2022). Historicamente, o termo provém da expressão norte-americana *Assistive Technology*, cunhada no final dos anos 1980 na legislação *Americans with Disabilities Act* (ADA), que assegurava os direitos educacionais por meio do suporte tecnológico (Fernandes; Rocha, 2023; Sartoretto; Bersch, 2026). No contexto atual, autores como Pires *et al.* (2024) sugerem que o desenvolvimento de TA deve priorizar experiências funcionais e positivas através de jogos e aplicativos táteis ou sonoros, potencializando o desenvolvimento cognitivo e comunicacional do estudante (Castro, 2024; Dornelas, 2024; Souza, 2024; Vieira, 2024).

Apesar do avanço conceitual, a aplicabilidade prática das TAs esbarra em desafios estruturais. O uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) na educação a distância é uma alternativa viável , porém Santos *et al.* (2021) advertem que o suporte digital torna-se ineficaz se os conteúdos didáticos em si não forem elaborados de forma inclusiva. Sob uma visão geral das políticas pública, embora marcos como a Lei nº 13.409/2016 e o Decreto nº 10.094/2019 determinem a inclusão efetiva , a literatura denuncia a exclusão prática de estudantes com deficiência visual em atividades essenciais, como aulas práticas laboratoriais. Costa (2021) corrobora esse cenário ao



identificar um paradoxo entre a disponibilidade teórica de recursos nas IES e o baixo grau de uso efetivo por parte dos estudantes. Isso decorre da infraestrutura deficitária das instituições brasileiras, da escassez de verbas, do difícil acesso individual a esses materiais e das barreiras na adaptação curricular e de linguagem pedagógica.

Conclusões

Os resultados desta pesquisa evidenciam um nítido distanciamento entre o direito assegurado pelas normativas legais brasileiras e a efetiva usabilidade das tecnologias assistivas no cotidiano da educação superior. Esse descompasso fragiliza as políticas de permanência estudantil, transformando o ingresso em uma trajetória repleta de exclusões veladas.

Conclui-se que, para tornar a vida acadêmica profícua e equitativa, as universidades devem transitar da mera disponibilidade de recursos para o uso planejado e acompanhado das TAs. Somente através de uma infraestrutura tecnológica consolidada e de uma formação docente continuada será possível assegurar o progresso pedagógico, expandindo as possibilidades de permanência e promovendo, fundamentalmente, a cidadania e a autonomia dos estudantes com deficiência visual.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília: Casa Civil, 2025.

BUENO, C. A. E. **Qualidade na educação na Agenda Global**: análise da educação para todos da UNESCO. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.



COSTA, J.A. **Acesso do estudante com deficiência visual ao currículo nas universidades na perspectiva da escola justa**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

COSTA, J. A.; NERES, C. C.; MOISES, R. R. Com a palavra os estudantes com deficiência visual: a acessibilidade na educação superior. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 13, n. 1, 2024.

GALASSO, B. J. B.; POLONI, P. K. I. Formação docente para a educação inclusiva: inovação, tecnologias assistivas e desafios no ensino superior. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 7, p. 1 – 25, 2025.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LIVRAMENTO, M.S.C. **A comunicação alternativa/aumentativa para a interação de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação Científica, Inclusão e Diversidade). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Feira de Santana, 2022.

MACIEL, C.E.; LIMA, E.G.S.; GIMENEZ, F.V. Políticas de permanência para estudantes na educação superior. **RBPAE**, v.32, n.3, p. 759 – 781, 2016.

PEREIRA, A. B.; MOREIRA, A. M.; ÁVILA, M. A. Desafios de acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior na percepção de docentes de uma IES do Sul DE Minas Gerais. **Humanidades & Inovação**, v. 11, n. 8, p. 172-181, 2024.

PIRES, S.V.L. *et al*. Um jogo sério para Triagem das Funções Executivas como subsídio pedagógico para crianças com TEA na educação infantil. *In*: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO; XXXV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO. **Anais [...]** Rio de Janeiro, Instituto Benjamin Constant, 4 a 8 de novembro de 2024.

SANTANA, L.L.S. **Acesso e permanência na educação superior – estratégias e ações na Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas – DIAF na UFMS**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

SARTORETTO, M. L; BERSCH, R. **Assistiva**: tecnologia e educação, Porto Alegre, 2025. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html. Acesso em: 01 mar. 2026.